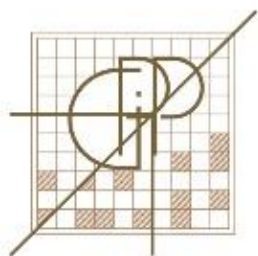
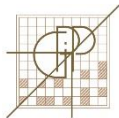


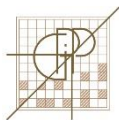
2.^a Revisão do Plano Diretor Municipal de Macedo de Cavaleiros

Relatório de ponderação aos pareceres da
2RP (14.11.2025)





(página em branco)



INDICE

NOTA INTRODUTÓRIA.....	3
ENTIDADES QUE EMITIRAM PARECER	4
PARECERES	5
<i>Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte, I.P. (CCDR-N)</i>	5
<i>Agência Portuguesa do Ambiente, I. P. (APA)</i>	15
<i>Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I. P. (ICNF)</i>	16
<i>Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural (DGADR)</i>	20
<i>Património Cultural, I.P. (PC)</i>	22
<i>Infraestruturas de Portugal, S. A. (IP)</i>	22
<i>Turismo de Portugal, I. P. (TP)</i>	23
<i>Autoridade Nacional de Comunicações (ANACOM)</i>	27
<i>Direção-Geral de Energia e Geologia (DGEG)</i>	27

ABREVIATURAS & SIGLAS DA COLUNA POSIÇÃO DO MMC

2RP – 2RP ocorrida a 14.11.2025

MMC – Município de Macedo de Cavaleiros

PDMMC – Plano Diretor Municipal de Macedo de Cavaleiros

NOTA INTRODUTÓRIA

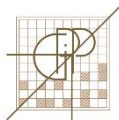
No presente relatório, apresenta-se a resposta às solicitações de cada entidade.

A ausência de citação significa que não se tratava de uma recomendação ou sugestão de alteração à proposta de Plano em revisão.

Regista-se, ainda, a existência de pronúncias por parte de outras entidades que não são discriminadas neste documento, uma vez que o relatório se dedica, exclusivamente, às que recomendaram ou sugeriram alterações ao Plano.

É de referir também que as alterações efetuadas na proposta de revisão do Plano após-2RP motivaram a alteração de todas as referências a artigos que foram destacadas nos diferentes pareceres.

As recomendações ou sugestões que se reportavam à Avaliação Ambiental Estratégica foram ponderadas no Relatório Ambiental.



ENTIDADES QUE EMITIRAM PARECER

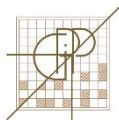
Entidade	Pronúncia em sede da 2RP
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte, I.P.	Favorável condicionado
Direção-Geral do Território	Favorável
Agência Portuguesa do Ambiente, I. P.	Favorável condicionado
Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I. P.	Favorável condicionado
Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural	Desfavorável
Património Cultural, I.P.	Favorável condicionado
Infraestruturas de Portugal, S. A.	Favorável condicionado
Turismo de Portugal, I. P.	Favorável condicionado
REN — Rede Energéticas Nacionais	Não emitiu parecer na 2RP
Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil	Favorável
Autoridade Nacional de Comunicações	Favorável condicionado
Autoridade Nacional da Aviação Civil	Favorável
Administração Regional de Saúde do Norte, I. P.	Não emitiu parecer na 2RP
Direção-Geral de Energia e Geologia	Favorável condicionado
Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana I. P	Favorável
IAPMEI — Agência para a Competitividade e Inovação, I. P.	Não emitiu parecer na 2RP
Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares	Não emitiu parecer na 2RP
Direção-Geral do Ensino Superior	Não emitiu parecer na 2RP
Assembleia Municipal de Macedo de Cavaleiros	Não emitiu parecer na 2RP
Câmara Municipal de Alfândega da Fé	Não emitiu parecer na 2RP
Câmara Municipal de Bragança	Favorável
Câmara Municipal de Mirandela	Favorável
Câmara Municipal de Mogadouro	Não emitiu parecer na 2RP
Câmara Municipal de Vila Flor	Não emitiu parecer na 2RP
Câmara Municipal de Vimioso	Não emitiu parecer na 2RP
Câmara Municipal de Vinhais	Não emitiu parecer na 2RP



PARECERES

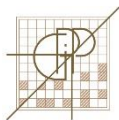
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte, I.P. (CCDR-N)

O que aferir?	Posição do MMC
Regulamento. Na al. c) do n.º 1 do artigo 3.º é feita menção à planta de condicionantes (Reserva Ecológica Nacional). Num anexo ao regulamento, ou na legenda dessa peça desenhada indicar a fundamentação de cada uma das exclusões (C e E) da Reserva Ecológica Nacional atento o estabelecido no artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 166/2008, de 22 de agosto, na sua redação atual	Corrigido.
Regulamento. Artigo 4.º. deve acautelar-se que no PDM é assegurada a programação e concretização das políticas com incidência territorial assumidas pelos programas de âmbito supramunicipal (cfr. artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, na sua atual redação, que aprovou o Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial-RJIGT)	Corrigido, mas em sede de Relatório Proposta.
Regulamento. Artigo 5.º. Nas alíneas g) e j) do n.º 1 do artigo 5.º define-se "solo urbano estruturado" sendo certo que no DR n.º 5/2019 também se define área urbana consolidada (na ficha I-15 do seu anexo I), com conteúdo algo similar. Pelo que deve ser utilizado o conceito e definição legal, retirando-se as citadas alíneas do n.º 1 do artigo 5.º e corrigindo-se, consequentemente, as normas do regulamento onde tenha sido feita menção ao termo "solo urbano estruturado". Por exemplo, n.º 1 do artigo 48.º, al. a) do n.º 1 do artigo 69.º.	Corrigido. Foi eliminado.
Regulamento. Artigo 5.º. deve reformular-se o n.º 1 do artigo 12.º, desagregando a área de construção conforme se prevê nas notas complementares das fichas I-8, I-13 do anexo I ao citado DR n.º 5/2019, (estacionamento, arrecadação, espaços exteriores cobertos...) indicando o plano a que desagregações da área de construção o índice se aplica (cfr. ficha I-35 do seu Anexo I).	A opção é manter a redação proposta, atendendo às especificidades da edificação pretendida. As varandas fazem parte da construção, mas excluem-se para efeitos da determinada da edificabilidade, de forma a fomentar a sua previsão.
Regulamento. Artigo 5.º. No regulamento usar "área de construção" ou área total de construção" consoante aplicável, em vez "edificabilidade", (cfr. por exemplo n.º 2 do artigo 27.º do regulamento) uma vez que esta corresponde à "quantidade de edificação que, nos termos das disposições legais e regulamentares aplicáveis, pode ser realizada numa dada porção do território" - cfr. ficha I-19 do anexo I do DR 5/2019 e é indicada através dos parâmetros de edificabilidade [Estes parâmetros - de acordo com as notas complementares da ficha I-47 do anexo I do DR 5/2019 - são de três tipos: parâmetros geométricos, parâmetros de área e índices.]	Idem.
Regulamento. Artigo 7.º, n.º 2. Retirar a menção que a representação gráfica das condicionantes legais é "indicativa".	O artigo que seguiu para a 2RP esta conforme o pretendido, tendo em conta que, por vezes, exige-se uma escala mais apropriada.
Regulamento. Verifica-se que o regulamento é omissivo quanto sistema urbano	Não é omissivo. Não há a intenção de discriminar o modelo de organização territorial no Regulamento, atendendo que esse exercício estava realizado no Relatório Proposta que seguiu para a 2RP
Regulamento. Artigo 9.º. Recomenda-se que se reveja a qualificação do solo quanto à categoria de solo rústico espaços de infraestruturas rodoviárias, mencionada na al. f) do n.º 1 do artigo 9.º e artigos 34.º e 35.º. Com efeito, os espaços-canal, sobre que versa o artigo 14.º do Decreto Regulamentar n.º 15/2015, não constituindo uma categoria de uso do solo autónoma, devem ser qualificados nas diversas categorias de solo rústico e urbano.	Corrigido. No entanto, mantém-se esta categoria de espaço, atendendo à sua expressão no território e admissibilidade no Decreto Regulamentar n.º 15/2015, de 19 agosto, na alínea f) do n.º 1 do artigo 17.º.
Regulamento. Artigo 10.º. Refere-se "Sem prejuízo do estabelecido (...) e nos termos de referência estabelecidos no Anexo VIII para cada UOPG(...)". Ora não se verifica que para alguma UOPG se preveja a reclassificação de solo rústico. Situação a aferir e corrigir	Corrigido.
Regulamento. Artigo 11.º, n.º 3. Ponderar retirar a menção aos usos dominantes como incompatíveis	Corrigido.



Gestão Integrada de Projetos e Planejamento

O que aferir?	Posição do MMC
Regulamento. Artigo 12.º, n.º 4. Retirar a seguinte parte: "(...) devendo, em princípio, tal edificabilidade concentrar-se na edificação a implantar na categoria que admita o índice mais elevado".	Corrigido.
Regulamento. Retirar a menção a índices de edificabilidade, que não existe, substituindo por índices ou índices de utilização	Corrigido. No entanto, foi utilizado o conceito de índice de edificabilidade.
Regulamento. Artigo 14.º, n.º 1, alínea c) Relativamente às alienações em hasta pública, aprovações de projetos de arquitetura e informações prévias favoráveis assinalar na respetiva planta de compromissos	Essa informação constava na Planta de Compromissos Urbanísticos, associada do relatório.
Regulamento. Artigo 14.º, n.º 3, alínea b), subalínea ii) Quanto à ampliação para outros usos clarificar qual(ais) o(s) parâmetro(s) de edificabilidade a observar- cfr. n.º 1 do artigo 74.º do RJIGT	Corrigido.
Regulamento. Artigo 15.º, n.º 2. Repete-se em boa medida o referido no n.º 3 do artigo 11.º. situação a corrigir. A manter-se o n.º 2 do artigo 15.º, corrigir na al. d) a menção ao "Regulamento do Exercício da Atividade Industrial" - cfr. Sistema de Indústria Responsável, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 169/2012, de 1 de agosto, na sua atual redação	Corrigido.
Regulamento. Artigo 16.º. Ponderar a necessidade de regular igualmente os edifícios sedes e similares de associações sem fins lucrativos, (caso existam no município), e que estejam abrangidos pelo regime de regularização constante da Lei n.º 29/2024, de 5 de março	Corrigido.
Regulamento. Artigo 17.º, n.º 3. Deve ser acautelado que quando a construção ilegal se localize em solo rústico, a finalidade a que se destina deve ser compatível com a classificação e qualificação desse solo (cfr. n.º 2 e 3 do artigo 16.º e n.º 3 do artigo 17.º do DR n.º 15/2015, de 19 de agosto)	O referido não se coloca, porque não se trata de nova construção, mas sim de legalizar o existente, à semelhança de outros regimes específicos para legalizações.
Regulamento. Artigo 18.º. Acautelar que a demolição de edifícios é sem prejuízo do disposto na lei (cfr. artigo 157.º do RJIGT)	O artigo referido identifica os casos em que deve ser autorizada, o que não impede que existam outros casos que não possa ser autorizada.
Regulamento. Artigo 19.º. Reformular para que se torne perceptível face ao estabelecido no n.º 5 do mesmo artigo	Corrigido.
Regulamento. Artigo 20.º. Recomenda-se que se tenha presente as limitações que decorrem do Decreto-Lei n.º 30-A/2022, de 18 de abril, na sua atual redação, sobre a distância em redor de aglomerados rurais e também solo urbano, (exceto se destinado à instalação de atividade económica) – cfr. artigo 5.º do citado diploma legal	O definido no artigo não invalida o cumprimento da legislação citada.
Regulamento. Artigo 21.º Não se consegue afirmar, à priori, que tal é compatível com o uso habitacional, pelo que se deve excluir essa possibilidade nos espaços supramencionados (áreas edificadas com utilização predominantemente habitacional).	O solicitado é definido por legislação específica, nomeadamente, na Decreto-lei n.º 340/2017, de 12 de outubro.
Regulamento. Artigo 23.º, n.º 4. Clarificar que a edificação em solo rústico (fora de aglomerados rurais) deve observar a lei (Decreto-Lei n.º 82/2021, de 13 de outubro, na sua atual redação) e as regras do PMDFCI que com ela estejam conformes. Clarificar, consequentemente, o referido no n.º 3 do artigo 28.º, n.º 6 do artigo 30.º, n.º 4 do artigo 32.º, a esse respeito	Com a introdução do artigo referente ao sistema integrado de fogos rurais resolve o pretendido pela entidade.
Regulamento. Artigo 23.º, n.º 5, alínea a) Sobre os núcleos de desenvolvimento turístico em solo rústico faz-se alusão às tipologias "aldeamento turístico" e "conjunto turístico". Acautelar que são empreendimentos turísticos nas tipologias admitidas em solo rústico – cf. al. c) do n.º 3 do artigo 16.º, n.º 3 do artigo 17.º do Decreto Regulamentar n.º 15/2015, de 19 de agosto. Cf. também Orientação e Diretriz de Conteúdo e Gestão n.º 134 constante da proposta de Programa Regional de Ordenamento do Território – Norte, atualmente em fase final de conclusão da elaboração	Foi esse o propósito do artigo.



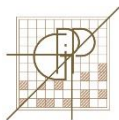
Gestão Integrada de Projetos e Planejamento

O que aferir?	Posição do MMC
Regulamento. Artigo 23.º, n.º 8./Artigo 62.º. Estabelece-se que nas áreas abrangidas pela Paisagem Protegida da Albufeira do Azibo aplicam-se as disposições constantes do anexo III do regulamento. Uma vez que é no plano que se deve estabelecer as ações permitidas, condicionadas ou interditas com incidência urbanística na área protegida de âmbito regional - cfr. n.º 9 do artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 142/2008, de 24 de julho, na sua atual redação, deve-se, sem prejuízo da pronúncia do ICNF, reformular o anexo III do regulamento, que inclui ações sem incidência urbanística. (Por exemplo, interditar: a colheita, captura, abate ou detenção de exemplares de quaisquer espécies de flora e fauna selvagens protegidas; o sobrevoo de aeronaves com motor abaixo de 1000 pés; o trânsito de veículos do tipo Moto 4).	O exercício de transposição da PPAA resulta do que está publicado atualmente, sendo a sua manutenção favorável para a organização do presente regulamento.
Regulamento. Artigo 25.º, n.º 1./Artigo 61.º, n.º 3, alíneas a) e b) Alude-se às obras de alteração. Como são permitidas por força do artigo 60.º do Regime Jurídico de Urbanização e Edificação (RJUE), não carecem de estar mencionadas nesta norma do regulamento	Corrigido.
Regulamento. Artigo 25.º, n.º 4. Refere-se índice de ocupação. Este índice deve ser expresso em percentagem (cfr. ficha I-34 do anexo I do DR n.º 5/2019). Pelo que deve ser corrigida esta norma	Corrigido.
Regulamento. Artigo 26.º, n.º 2, alínea a) Admite-se comércio e serviços em "áreas de edificação dispersa". Quanto ao comércio e restauração ou bebidas, quando ligados ao turismo não há reparo a fazer (artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 39/2008, de 7 de março na sua atual redação). Quando assim não aconteça, e também quando se esteja perante outros serviços, (que não a restauração ou bebidas), refira-se que as novas instalações de comércio, serviços que não estejam diretamente ligados às utilizações agrícolas, pecuárias, aquícolas, piscícolas, florestais, ou de exploração recursos energéticos ou geológicos são consideradas incompatíveis com a classificação e qualificação do solo rústico (com exceção dos aglomerados rurais) – cfr. al. a) do n.º 3 do artigo 16.º e n.º 3 do artigo 17.º do DR n.º 15/2015. Face ao exposto, deve reformular-se a norma do regulamento em apreço.	Corrigido.
Regulamento. Artigo 26.º, n.º 2, alínea d)/Artigo 27.º, n.º 2/Artigo 29.º, n.º 1/Artigo 31.º, n.º 1. Prever que é indústria e armazenagem diretamente ligados às atividades agrícola ou florestal - cfr. n.º 3 do artigo 16.º do DR n.º 15/2015, de 19 de agosto	Corrigido.
Regulamento. Artigo 27.º, n.º 2. Clarificar quais os parâmetros de edificabilidade que se observa no caso dos edifícios que se destinem à armazenagem – cfr. n.º 1 do artigo 74.º do RJIGT	Corrigido.
Regulamento. Artigo 28.º, n.º 1. Reformular para que se torne claro e perceptível	Corrigido.
Regulamento. Artigo 29.º, n.º 1. Prevê-se a construção para habitação em espaços agrícolas. Uma vez que a edificação para este fim na categoria de solo rústico em apreço está fortemente condicionada pelos princípios da excecionalidade e da limitação (cfr. n.º 3 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 80/2015, n.º 2 e 3 do artigo 16.º do DR n.º 15/2015, de 19 de agosto e a diretriz 74 do Programa Nacional da Política do Ordenamento do Território, aprovado pela Lei n.º 99/2019, de 5 de setembro) entende-se que na norma em apreço deve prever-se/clarificar que é habitação unifamiliar para residência própria e permanente de agricultores em exploração sustentáveis, (existentes ou que comprovadamente se venham a constituir), e contribuintes da melhoria da estruturação fundiária (cf. Orientação e Diretriz de Conteúdo e Gestão n.º 132 constante da proposta de Programa Regional de Ordenamento do Território – Norte, atualmente em fase final do procedimento de elaboração, e anexo I da ATA da 33.ª Reunião Ordinária da COMISSÃO NACIONAL DO TERRITÓRIO, de 30 de março de 2023, disponível em https://cnt.dgterritorio.gov.pt/pagina-reunioes). Reformular consequentemente a norma supracitada	Corrigido.
Regulamento. Artigo 29.º, n.º 1/Artigo 31.º, n.º 1. Clarificar que tipologia de empreendimentos turísticos se permite. (São os TER e TH a que se alude na al. b) do n.º 3 do mesmo artigo?).	Corrigido.
Regulamento. Artigo 29.º, n.º 1. Refere-se que o índice máximo de impermeabilização é a área máxima de implantação 300 m. Este índice deve ser expresso em percentagem (cfr. ficha I-33 do anexo	É opção manter o indicador em área, atendendo ao cadastro existente, o que também permite



Gestão Integrada de Projetos e Planeamento

O que aferir?	Posição do MMC
I do DR n.º 5/2019). Pelo que deve ser corrigida esta norma e as demais onde seja feita menção a esse índice	ter uma edificabilidade mais contida.
Regulamento. Artigo 31.º. Estabelece-se o regime de edificabilidade em "espaços florestais". Verifica-se que apesar de se ter estabelecido quatro subcategorias de solo (espaços florestais de produção, espaços florestais de proteção, espaços florestais mistos de uso silvícola com agrícola e espaços florestais de recreio e valorização da paisagem), não se prevê qualquer diferença no regime de edificabilidade a observar em cada uma delas. Situação a ponderar	Após reflexão considera-se que não há utilidade em desagregar os regimes de edificabilidades por subcategorias, ficando expressa a subcategorização na PO – Classificação e Qualificação do Solo.
Regulamento. Artigo 40.º, n.º 3/Artigo 43.º, n.º 3/Artigo 81.º, n.º 2 e 3. Quanto ao estudo de solução de conjunto não se estando perante instrumentos de gestão territorial (os quais estão tipificados na lei), clarificar nessa norma o seu carácter não normativo, mas meramente orientador	Corrigido.
Regulamento. Artigo 41.º, n.º 2. E para a categoria de solo rústico "espaços culturais" prevê-se comércio e serviços, nomeadamente estabelecimentos de restauração e bebidas e de outras infraestruturas de apoio. Uma vez que estes usos apenas são compatíveis em solo rústico (com exceção dos aglomerados rurais) se diretamente ligados às utilizações agrícolas, pecuárias, ou florestais, tal como já foi suprarreferido (...) – cf. al. a) do n.º 3 do artigo 16.º e n.º 3 do artigo 17.º do Decreto Regulamentar n.º 15/2015, balizar a edificabilidade admitida para esses fins (comércio e serviços) para que se perceba o seu carácter acessório em relação ao uso principal (equipamentos).	Corrigido.
Regulamento. Artigo 42.º, n.º 8. Mormente quanto à proibição de edificar qualquer construção cujo afastamento ao recinto escolar seja inferior a 12 metros, é de referir que o Decreto-Lei n.º 80/2010, de 25 de junho revogou o DL37575 de 8 de outubro de 1949, que estabelecia a distância mínima de afastamento. Note-se, que caso tal espaço incida em prédios particulares, as limitações introduzidas pelo plano que provoquem um grave prejuízo aos respetivos destinatários poderão dar lugar, eventualmente, (caso aquele não seja compensado através dos mecanismos de perequação), a indemnização nos termos do artigo 171.º do DL 80/2015, de 14 de maio, na sua atual redação. Situação a ponderar	Corrigido.
Regulamento. Artigo 43.º, n.º 2 e 3, alínea d) quanto ao estabelecimento de novos alinhamentos, recuos ou altura máxima de fachada entende-se que não pode a Câmara Municipal através de uma unidade de execução estabelecer novos alinhamentos, recuos ou altura máxima de fachada contra o que esteja disposto a esse respeito num plano territorial (PDM, Plano de Urbanização, ou Plano de Pormenor) preexistente, antes terá de cumprir o nele estabelecido. Situação a clarificar na norma (retirando a menção à unidade de execução, que não é um instrumento de gestão territorial).	A unidade de execução pode ser assumida como uma figura programática para redefinir a frente urbana, tendo em que é uma figura que também estrutura a morfologia urbana. Essa estruturação irá depender do que vier a ser aprovado no desenho urbano da solução urbanística, mediante a negociação entre as diferentes partes que constituem a unidade de execução. Paralelamente, o regulamento define as condições que o plano territorial atribui para a concessão de edificabilidade e neste caso assume que, por via das unidades de execução, também é possível a definição de novos alinhamentos, recuos ou altura máxima de fachada.
Regulamento. Artigo 44.º, n.º 1. (que estabelece os parâmetros de dimensionamento das áreas destinadas a espaços verdes e de utilização coletiva e equipamentos de utilização coletiva/habitação pública, de custos controlados ou para arredamento acessível), prever igualmente as obras de edificação que segundo regulamento municipal sejam consideradas como de impacte relevante ou de impacte semelhante a uma operação de loteamento – cfr. n.º 1 e n.º 5 do artigo 44.º e artigo n.º 5 do artigo 57.º do RJUE	Corrigido.
Regulamento. Artigo 44.º, n.º 1. Distinguir no regulamento os parâmetros de dimensionamento para as diferentes finalidades: espaços verdes e de utilização coletiva, equipamentos de utilização	Corrigido.



Gestão Integrada de Projetos e Planeamento

O que aferir?	Posição do MMC
coletiva/habitação pública, de custos controlados ou para arrendamento acessível... (artigo 43.º do RJUE).	
Regulamento. Artigo 44.º, n.º 1. Verifica-se que não são estabelecidos parâmetros para o dimensionamento das áreas destinadas a infraestruturas mormente estacionamento privado e público. Situação a colmatar- cfr. artigo 43.º do RJUE	Constava no artigo 77.º que seguiu para a 2RP e é reforçada com a introdução do artigo sobre o estacionamento.
Regulamento. Artigo 46.º, n.º 1, alínea b)/Artigo 48.º, n.º 1, alínea d) Clarificar que: na ausência de alinhamentos, recuos e alturas de fachada definidos em instrumentos de gestão territorial, (pois está-se perante matéria de planos territoriais)	Corrigido.
Regulamento. Artigo 49.º. Verifica-se que não se indica(m) qual(ais) o(s) uso(s) dominante(s), nem os usos compatíveis e até os usos complementares – cfr. n.º 3 o artigo 12.º e al. e) do n.º 1 do artigo 25.º do DR 15/2015, de 19 de agosto. Situação a colmatar	Corrigido.
Regulamento. Artigo 51.º Constata-se que apenas se refere que se destinam predominantemente à instalação de unidades empresariais, não se indicando usos, como referido na al. c) do n.º 1 do artigo 25.º do DR 15/2015. Situação a colmatar	Corrigido.
Regulamento. Artigo 50.º, n.º 1, alínea b) Retirar a expressão “imagem urbana”, dada a margem de discricionariedade que comporta	Corrigido.
Regulamento. Artigo 54.º, n.º 3. Estabelece-se que em “espaços de uso especial” a todas as operações urbanísticas aplicam-se os parâmetros de edificabilidade aí mencionados (índice de impermeabilização, índice máximo de utilização, número máximo de pisos e altura máxima da fachada). Uma vez que as obras de reconstrução também são também uma operação urbanística – cfr. al. a) e j) do artigo 2.º do RJUE, ficarão também sujeitas ao cumprimento dos referidos parâmetros. A resultar, eventualmente, na impossibilidade de realizar a reconstrução de um edifício legal, pode, atento o disposto no artigo 60.º do RJUE, dar, eventualmente, lugar ao pagamento de uma indemnização. Situação a ponderar	Corrigido.
Regulamento. Título VI. Afigura-se que não está demonstrado, de forma cabal, graficamente (na planta de ordenamento ou num seu desdobramento) e no regulamento, a transposição das normas desse programa especial para o PDM, bem como a conformidade da proposta deste último plano com esse programa territorial	Corrigido. No entanto, o solicitado estava integrado no Regulamento que seguiu para a 2RP, sendo agora revista, de forma a colmatar potenciais incongruências. Quanto à peça gráfica, a mesma não acompanha o Plano, atendendo ao facto de não existir a vetorização validada para o efeito pela entidade com tutela do instrumento de gestão territorial.
Regulamento. Artigo 60.º. Que versa sobre a estrutura ecológica municipal (EEM), acautelar que dela fazem parte as áreas afetadas à rede fundamental de conservação da natureza no território do município, tal como a Reserva Ecológica Nacional – cfr. notas complementares à ficha I-29 do anexo I do DR 5/2019, de 27 de setembro, artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 142/2008, de 24 de julho, na sua atual redação e n.º 4 do artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 166/2008, de 22 de agosto, na sua atual redação	Informação incluída no n.º 1 do Artigo 55.º na versão do Regulamento para a 2RP.
Regulamento. Sobre a possibilidade de artificialização de pequenos troços de linhas de água a que se refere al. b) do n.º 4 do artigo 61.º em estrutura ecológica, afigura-se pertinente a pronúncia da APA.	Corrigido.
Regulamento. Artigo 61.º, n.º 5. Uma vez que se está perante um plano territorial, deve-se rever o citado anexo excluindo as ações sem incidência urbanística, como por exemplo: “Deverão ser efetuadas limpezas periódicas aos trilhos”.	Corrigido.
Regulamento. Anexo II. Não se deve remeter para o Regime Jurídico da Reserva Ecológica Nacional, estabelecendo, em alternativa, o regime a observar	Corrigido.
Regulamento. Artigo 65.º, n.º 3. Refere-se que em zonas inundáveis é permitida a conservação e reconstrução de edifícios. Sendo as primeiras obrigatórias por lei (artigo 89.º do RJUE), e as segundas admissíveis, em princípio, por força do artigo 60.º do RJUE, deve ser retirada a menção às mesmas	Corrigido.



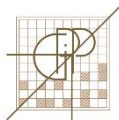
Gestão Integrada de Projetos e Planejamento

O que aferir?	Posição do MMC
Regulamento. Artigo 65.º, n.º 7, alínea i) É feita menção aos alvarás de utilização e autorizações de utilização. Sem prejuízo da pronúncia da APA, atenta a publicação do DL 10/2024 de 8 de janeiro, que revogou o artigo 62.º (que versava sobre a autorização de utilização) e o n.º 3 do artigo 74.º (que estabelecia que a autorização de utilização era titulada por alvará) ambos do RJUE (cfr. artigo 24.º do citado diploma legal) reformular norma do regulamento nesta parte	Corrigido.
Regulamento. Artigo 68.º. Deve-se definir regras para equiparar recetores sensíveis isolados (não integrados em zonas classificadas) a mistos ou sensíveis	Corrigido.
Regulamento. Artigo 69.º, n.º 1. No pressuposto de que não esteja constituída servidão legal, é de referir que caso tal espaço incida em prédios particulares, as limitações introduzidas pelo plano que provoquem um grave prejuízo aos respetivos destinatários poderão dar lugar, eventualmente, (caso aquele não seja compensado através dos mecanismos de perequação), a indemnização nos termos do artigo 171.º do DL 80/2015, de 14 de maio, na sua atual redação	Reconhece-se a situação reportada, sendo intenção do MMC manter a salvaguarda pretendida.
Regulamento. Artigo 72.º, n.º 2/Artigo 73.º. Delimita-se para o património arquitetónico inventariado uma área de proteção de 50 metros em redor do objeto de salvaguarda. Não estando os imóveis classificados, nem em vias de classificação, não podem beneficiar zona de proteção. Pelo que deve ser retirada esse n.º 2 do citado artigo.	Corrigido.
Regulamento. Artigo 73.º, n.º 3. Retirar ações sem incidência urbanística como a proibição da prática de atividades desportivas motorizadas	Corrigido.
Regulamento. Artigo 77.º, n.º 2. Faz-se menção às vias de acesso local, sendo certo que no artigo 76.º a respeito da hierarquia funcional para a rede rodoviária do município, nada se refere a respeito das mesmas. Situação a colmatar	Corrigido.
Regulamento. Artigo 78.º, n.º 3. Afigura-se que se pretende dizer que Câmara Municipal procede à concretização da programação da execução do plano através da inscrição no plano de atividades municipal e, quando aplicável, no orçamento municipal dos projetos e ações identificados no programa de execução e plano de financiamento. Com efeito a programação deve acompanhar a proposta de plano	O que consta nesse artigo está conforme o pretendido com a legislação aplicável.
Regulamento. Artigo 78.º, n.º 4. Carece de reformulação. Note-se que os planos territoriais integram orientações para a sua execução contendo designadamente a identificação e programação das intervenções consideradas estratégicas ou estruturantes por prioridades (cfr. n.º 4 do artigo 146.º do Decreto-Lei n.º 80/2015). Sugere-se que se preveja, eventualmente, que "No âmbito dessa concretização, a Câmara Municipal estabelece as prioridades..."	Idem.
Regulamento. Artigo 79.º, n.º 3. Retirar por aparente contradição com o disposto na al. d) do n.º 1 do mesmo artigo. De resto, de acordo com o artigo 154.º do RJIGT os planos podem estabelecer reservas de solo para a execução de infraestruturas urbanísticas, equipamentos e espaços verdes. Reservando o plano áreas para tais fins, não se entende que nele se preveja que não são reservas de solo	Corrigido.
Regulamento. Artigo 80.º e Anexo VIII. Para as UOPG 01, 03 a 13 devem ser indicados de forma clara, para além dos seus objetivos, os termos de referência (parâmetros urbanísticos). Cfr. al. I) do n.º 1 do artigo 96º do RJIGT e ficha I-66 do Anexo I ao DR n.º 5/2019, de 27 de setembro.	O solicitado já constava nos termos de referência de cada UOPG, sendo complementada pelos parâmetros urbanísticos estabelecidos para cada categoria de espaço até à publicação de instrumento de gestão territorial ou à materialização de cada área de execução programada.
Regulamento. Nem todas as UOPG tem prazo de execução, o que deve ser colmatado.	Existem UOPG, como é o caso da 00, 14 e 15, que são marcadamente regulamentares, sendo suficiente o processo de monitorização através dos REOT definir a sua viabilidade enquanto proposta do Plano. Caso se concretizem na sua plenitude deve



Gestão Integrada de Projetos e Planejamento

O que aferir?	Posição do MMC
	ser instrumento de avaliação a definir se caducam ou não.
Regulamento. Quanto às UOPG 02 e 14, incidentes em solo rústico, destinadas a empreendimentos turísticos (que se pressupõe que sejam nas formas e tipologias admitidas em solo rústico, não implicando, por isso, com a sua concretização a reclassificação de solo rústico em solo urbano), sem prejuízo da pronúncia da APA, recomenda-se que se pondere a forma de execução proposta (assistemática), e se a mesma não coloca em causa os objetivos das UOPG citadas (cfr. al I) do n.º 1 do artigo 96.º do RJIGT e ficha I-66 do anexo I do DR 5/2019, de 27 de setembro).	É intenção municipal ao abrigo do definido nas alíneas e) e l) do n.º 1 do artigo 96.º do RJIGT. Paralelamente, procura-se dinamizar uma nova política de turismo e estão sempre salvaguardadas as servidões administrativas e restrições de utilidade pública.
Regulamento. Quanto à UOPG 00, deve estabelecer-se as regras a aplicar (indicadores e parâmetros) nas áreas a sujeitar a PU durante a ausência deste. cfr. al. I) do n.º 1 do artigo 96º do RJIGT e ficha 66 do Anexo I ao Decreto Regulamentar n.º 5/2019, de 27 de setembro	Os parâmetros urbanísticos solicitados são definidos em sede do plano urbanização que se propõe elaborar. Essa competência está estabelecida na alínea f) do artigo 99.º do RJIGT. Até à sua publicação, os parâmetros urbanísticos que vigoram são os estabelecidos para cada categoria de espaço, definidos em sede de Regulamento.
Regulamento. Artigo 82.º, n.º 2, alínea a). Reformular para que dele decorra que a reversão para solo rústico é automática se as áreas a estruturar não forem infraestruturadas no prazo definido para tal no plano	A proposta vai nesse sentido.
Regulamento. Artigo 82.º, n.º 2, alínea b). Prevê-se que no término do prazo definido para a sua execução as áreas a consolidar perdem a capacidade edificatória caso não tenham sido urbanizadas. Sendo assim questiona-se o porque manter em espaços centrais, se não pode edificar. Situação a ponderar	Nas situações que têm a penalização de perda da edificabilidade passam a logradouros, quando aplicável. Esta opção é compatível com o facto de existir dentro do perímetro urbano áreas que estão vazias e que não têm capacidade de edificação. Caso contrário, seria introduzir “ilhas” de solo rústico dentro do perímetro urbano e de áreas urbanas consolidadas.
Regulamento. Artigo 82.º, n.º 2, alínea c). A manter-se essa al. c), autonomizá-la do n.º 2 e reformulá-la para que dela decorra que nessas áreas a edificação deve ser precedida das correspondentes e necessárias infraestruturas	A organização da tipologia de áreas de execução programada motiva uma sequência que é a refletida no artigo.
Regulamento/Programação e Execução. Artigo 87.º. Reformular /completar para que dele decorra que toda a edificabilidade, admitida de forma abstrata no plano e permitida de forma concreta no licenciamento municipal, traduz-se em criação de mais-valias nos prédios a que se reporta, bem como na reclassificação para solo urbano - cfr. artigo 64.º e n.º 2 do artigo 68.º da Lei 31/2014, de 30 de maio].	A questão da edificabilidade ser toda conferida pelo Plano e o regime perequativo ser admitido em todo o território municipal motiva a reflexão que se segue. No passado, e até ao atual processo de revisão, não era aplicada a dinâmica de redistribuição de benefícios e encargos que a presente proposta introduz. A dinâmica urbanística desenvolveu-se, por isso, sem um regime efetivo de perequação. Cumulativamente, a atual morfologia urbana condicionou a proposta do Plano em revisão e a mesma não será revertida. Perante este contexto, a opção metodológica da Revisão do Plano passa por centrar o processo perequativo naquilo que, efetivamente, o Plano regula em sede de edificabilidade. Isso é evidente nas áreas a estruturar e na reclassificação de solo rústico para urbano, onde a ação do Plano define claramente como é que deve ser promovido todo o desenvolvimento urbanístico. Tal



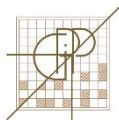
Gestão Integrada de Projetos e Planeamento

O que aferir?	Posição do MMC
	opção acontece porque nestes casos não existe uma estruturação territorial e ela só é possível com o admitido na presente revisão do Plano.
Regulamento. Verifica-se que o plano não estabelece edificabilidade média para todo o solo urbano. Sendo assim, não é possível afirmar, tal como se refere no artigo 92.º do regulamento, que toda e qualquer operação urbanística a realizar em solo urbano, quer se enquadre, ou não, numa unidade de execução, é afetada pela redistribuição de benefícios e encargos nas condições do artigo 93.º e seguintes. Não se vislumbra, assim, que haja uma perequação global, mas só para parte do solo urbano (áreas a estruturar).	Idem.
Regulamento. Artigo 94.º. Não se vislumbra que no âmbito das unidades de execução ocorram dois processos perequativos complementares, estabelecendo, portanto, o PDM uma perequação com duas abrangências: global (para todo o solo urbano, ou parte dele - desde que justificado conforme referido supra) e local (entre proprietários na unidade de execução) - cf.. artigo 64.º da Lei n.º 31/2014, de 30 de maio, na sua atual redação. Situação a colmatar	Idem.
Regulamento/Programação e Execução. Não se estabelece mecanismos concretos de compensação aplicáveis aos casos de desvio ao benefício padrão e mecanismos de compensação perante desvios à cedência média e aos encargos padrão estabelecidos	O Plano define, face às dinâmicas urbanísticas existentes e previstas, a redistribuição dos benefícios e encargos à afetação social das mais-valias pelo plano e às unidades de execução.
Regulamento. Introduzir um artigo sobre o prazo de vigência, avaliação e condições de revisão (cfr. al. r) do n.º 1 do artigo 96.º do Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio.	Corrigido.
Regulamento. A designação de "Espaço Central" constante na Planta de Ordenamento - Classificação e Qualificação do Solo, deverá ser retificada, uma vez que a que consta na alínea a) do n.º 2 do artigo 9.º do Regulamento é "Espaços Centrais"	Corrigido.
Planta de Ordenamento. A designação das categorias de espaço constantes na legenda da Planta de Ordenamento - Classificação e qualificação do solo, devem estar em consonância com as do Regulamento, devendo ser uniformizadas, optando-se por "Espaço" ou "Espaços"	Corrigido.
Planta de Ordenamento. Estão em falta a identificação de algumas localidades na Planta de Ordenamento	A informação que consta é a referente à base cartográfica, homologada pela Direção-Geral do Território
Planta de Ordenamento. Não está identificada a localização do Heliporto de Macedo de Cavaleiros, nesta planta ou em qualquer outra planta que compõe o Plano	Se a base cartográfica homologada não a assinala, não se procederá à sua correção. No entanto, o heliporto está inserido na categoria de espaço: espaço de uso especial: equipamentos, o que induz a existência de um conjunto de infraestruturas de apoio aos equipamentos. Cumulativamente, não será definida área de salvaguarda ao heliporto, atendendo ao facto de não estar definida pela entidade competente, não sendo MMC entidade habilitada para a sua delimitação.
Planta de Condicionantes. Reserva Ecológica Nacional não consta o quadro com a identificação das exclusões, o mesmo sucedendo no Regulamento	Corrigido.
Planta de Condicionantes. Reserva Ecológica Nacional deverá identificar com clareza os cursos de água cujos leitos se encontram classificados como REN, distinguindo-os dos demais cursos de água do Domínio Hídrico	Corrigido.
Programação e Execução. Os termos de referência das UOPG constantes no anexo VIII devem incluir o prazo, efeitos do termino constantes no anexo IX, bem como o tipo de UOPG (a estruturar ou a consolidar)	A informação solicitada constava na informação que foi remetida para a 2RP e para cada uma das UOPG.



Gestão Integrada de Projetos e Planejamento

O que aferir?	Posição do MMC
Programação e Execução. A UOPG 2 deve corresponder apenas a uma área, e a sua delimitação deve dar resposta assertiva à estratégia e aos objetivos estabelecidos pela CMMC	A separação protagonizada na UOPG associada à Albufeira do Azibo acontece por causa da CAOP. A intenção é ter uma UOPG para o mesmo território, porque assim obrigaria a ter duas com termos de referência idênticos
Programação e Execução. A delimitação das UOPG deve articular-se com a rede viária proposta	Na proposta que seguiu para a 2RP tinha o solicitado pela entidade, quando era possível
Plano de Financiamento. Incongruências reportadas no parecer	O orçamento não são as receitas correntes. O plano clarifica que são as receitas correntes o indicador financeiro utilizado para aferir a viabilidade financeira do Plano Diretor Municipal. Confirma-se, no entanto, que o mesmo não tem meios próprios para suportar todos os encargos com o Plano, mas dá a alternativa do financiamento comunitário, atendendo a que maioria das propostas têm cabimento nos objetivos definidos para o Norte 2030 nas diferentes temáticas. Contudo, todo este processo poderá ser alvo de recorrer à capacidade de endividamento do MMC, havendo atualmente condições para tal. Relativamente, aos valores serão revistos para uma versão mais atualizada
Plano de Financiamento. Sugestões reportadas no parecer	O valor do metro linear das infraestruturas é a referência dos serviços municipais para o efeito
REN. Verifica-se emitir a CCDD NORTE parecer favorável condicionado, com a não aceitação da proposta de exclusão C59 e aceitação das demais propostas de exclusão (61 propostas de exclusão de tipo C, relativas a compromissos existentes, e 12 propostas de exclusão de tipo E, relativas a satisfação de carências), para além de 22 acertos cartográficos, identificados com a letra A	Corrigido.
REN. Aferir proposta mediante o referido no parecer	Corrigido.
REN. Carta da REN, apresentada em formato pdf, não deverá identificar os referidos acertos cartográficos	Corrigido.
REN. Deverão as diferentes peças gráficas da revisão do PDM apresentar a mesma CAOP, bem como a Carta da REN, constatando-se ser representada a 2024 nas peças do PDM e a CAOP 2023 na Carta da REN. No caso de atualização da Carta da REN, deverá a MDJ da REN (pág. 5) ser igualmente atualizada	Corrigido.
REN. Memória Descritiva e Justificativa (MDJ) relativa à alteração da REN, datada de abril de 2025, assume-se como bastante sucinta, devendo ser apresentado um quadro de comparação entre a representação das várias tipologias REN da Carta da REN em vigor e o resultado da alteração correspondente à transposição da REN em vigor para a nova cartografia de base	Corrigido.
REN. O título da folha de rosto da MDJ deverá corresponder Memória Descritiva e Justificativa, devendo ser indicada corresponder a uma Alteração da REN e não a Transposição	Corrigido.
REN. Deverá a MDJ ser complementada com um segundo volume relativo à proposta de exclusões	Corrigido.
EEM. Considerando o ponto de situação dos trabalhos de delimitação da Carta da REN, a EEM terá de ser atualizada, de modo a incorporar a versão final da proposta de exclusões.	Corrigido.
RAN. Regulamento. Artigo 29.º. Pode, eventualmente, inviabilizar a instalação de organizações de produtores na base da escala para os setores em causa, nomeadamente nas instalações de apoio às atividades agrícolas, pecuárias e florestais e estabelecimentos	Corrigido.



Gestão Integrada de Projetos e Planejamento

O que aferir?	Posição do MMC
industriais transformação e venda de produtos agrícolas, silvícolas e pecuários	
RAN. Regulamento. Artigo 29.º, alínea c). Alerta-se para a rigidez do critério de aumento da área de TER ou TH eventualmente existentes, até ao máximo de 500m ² , o que poderá constituir um constrangimento que vai além do previsto na condicionante RAN (600m ² de implantação, conforme alínea c do Art. 8 da Portaria 162/2011 de 18 de abril).	Corrigido.
RAN. Planta de Condicionantes. A simbologia desta condicionante deve ser corrigida em conformidade com o estipulado na Norma técnica sobre o Modelo de Dados e Sistematização da Informação Gráfica dos Planos Diretores Municipais da DGT, publicada pelo Aviso n.º 9282/2021	Não serão adotados os grafismos da Direção-Geral do Território, atendendo a que o MMC tem a sua deliberação de início dos trabalhos de Revisão do Plano anterior à publicação do Aviso n.º 9282/2021, de 17 de maio, onde se aprova a Norma Técnica sobre o Modelo de Dados e Sistematização da Informação Gráfica dos Planos Diretores Municipais
Ruído. Planta de Ordenamento. A legenda relativa às áreas de conflito identificadas, os intervalos apresentados na legenda para Lden e Ln, não estão corretamente definidos para Lden e Ln igual a 5 dB (A), o valor não foi incluído nestes intervalos	A metodologia seguida é a acordada com a entidade, no caso de existirem intervalos, significa que não existem valores para serem representados graficamente.
Ruído. Relatório. Dá-se ainda nota que referem que o mapa de ruído foi elaborado em 2015. Contudo, o mapa de ruído que acompanha o PDM é de 2024, pelo que devem proceder à respetiva correção (página 40 do relatório da 2ª revisão do PDM).	Corrigido.
Ruído. Relatório. Ressalva-se ainda que no relatório supracitado, foi referido que, foram detetadas e assumidas zonas de conflito (página 40 do relatório da 2ª revisão do PDM), contudo não foi apresentado o respetivo plano municipal de redução de ruído ou outras medidas/estratégias já previstas para a redução de níveis sonoros nessas zonas	Num momento posterior à publicação do PDMMC, o MMC procederá à sua elaboração.
Ruído. Planta de Ordenamento. Existe proposta de classificação do solo em zona de conflito.	Atendendo ao contexto de baixas densidades em que o MMC está inserido, a componente do ruído é mitigada no âmbito da operação urbanística e pela gestão corrente do MMC. As situações de conflito são áreas com expressão residual e na envolvente a infraestruturas rodoviárias com baixa intensidade de tráfego. Os planos de mitigação do ruído serão elaborados quando for oportuno.
Outras considerações. Nas peças gráficas apresentadas deve constar a toponímia hidrográfica	A informação que consta na base cartográfica não será alterada, atendendo que é uma cartografia homologada.
Outras considerações. As legendas das peças desenhadas deveriam estar melhor apresentadas ao nível dos alinhamentos e hierarquia aplicada ao grupos e subgrupos definidos	Corrigido.
Outras considerações. O Relatório do Plano encontra-se muito sucinto na sua explanação e conteúdo, nomeadamente na fundamentação do modelo territorial adotado, nos objetivos estratégicos e nas opções de base territorial quanto à classificação e qualificação do solo	Corrigido.
Outras considerações. No Relatório, a Classificação e Qualificação do Solo apresentada na Tabela 1 da pág. 20 não está em consonância com a Planta de Ordenamento - classificação e qualificação do solo, no que respeita ao "Espaços naturais e paisagísticos", "Espaços culturais " e "Espaços centrais ";	Corrigido.

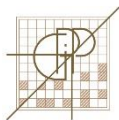


Gestão Integrada de Projetos e Planeamento

O que aferir?	Posição do MMC
Outras considerações. Deveria ter sido efetuada uma análise comparativa e quantitativa das categorias de solo com o PDMMC em vigor, apresentada em hectares e percentagem	A atual proposta de classificação e qualificação do solo é distinta do PDM em vigor e, por isso, a comparação não aporta mais-valia ao instrumento de gestão territorial
Outras considerações. Não é apresentada a Carta Municipal de Habitação	Não existe

Agência Portuguesa do Ambiente, I. P. (APA)

O que aferir?	Posição do MMC
REN. Relativamente à proposta de exclusões da REN de Macedo de Cavaleiros V02 apresentada cumpre informar que esta ARH emite parecer desfavorável à mesma	Havendo parecer favorável da parte da CCDR-N, condicionado às sugestões emitidas e analisadas agora em sede de ponderação, o Plano Diretor Municipal avança com as propostas de exclusão apresentadas, aferidas em consonância com o parecer da CCDR-N.
Regulamento. Artigo 7.º, n.º 3. Sugere-se a redação que consta no parecer	Corrigido. No entanto, a maior parte do texto que constava nesse artigo satisfaz o pretendido pela entidade, sendo uma versão mais simplificada.
Regulamento. Propõem o articulado regulamentar para o POAA, enquanto este instrumento de gestão territorial não é revogado, atendendo que os objetivos e o enquadramento legal que determinaram a sua publicação foram significativamente alterados e estão atualmente desfasados da realidade.	Tudo o que fazia referência ao Plano de Ordenamento da Albufeira do Azibo foi eliminado, atendendo à sua revogação pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 52/2026, de 10 de março.
Planta de Ordenamento. Sugere-se a identificação na legenda dos objetos cartográficos "Leito e Margem das Águas Fluviais" e "leito e margem da Albufeira do Azibo"	Corrigido.
Planta de Condicionantes. Solicitam a correção das servidões de restrição de utilidade pública que constam no parecer	Corrigido. No entanto, as zonas de proteção e de respeito não estão disponíveis nas albufeiras com incidência territorial no MMC.
Planta de Condicionantes. Importa igualmente aproveitar o presente procedimento para organização dos objetos na planta de condicionantes (legenda) tendo em consideração a 'Norma Técnica sobre o Modelo de Dados e Sistematização da Informação Gráfica dos PDM – anexos I, II, III'. Aprovada pelo Aviso n.º 9282/2021, de 17 de maio. A aplicação desta estrutura permite facilitar a articulação com a "futura" planta de condicionantes do PDM	Não serão adotados os grafismos da Direção-Geral do Território, atendendo a que o MMC tem a sua deliberação de início dos trabalhos de Revisão do PDMMC anterior à publicação do Aviso n.º 9282/2021, de 17 de maio, onde se aprova a Norma Técnica sobre o Modelo de Dados e Sistematização da Informação Gráfica dos Planos Diretores Municipais.
Relatório. Não identifica nem detalha a necessária conformidade e compatibilização da proposta de ordenamento com o disposto no Decreto-Lei n.º 107/2009, de 15 de maio. Esta omissão compromete a verificação do cumprimento do referido normativo	Corrigido. No entanto, a entidade que tutela o único plano especial vigente considera que o mesmo deve ser revogado, o que torna esta omissão na prática passível de ocorrer.
Relatório. Não é mencionado no relatório como será concretizada a infraestrutura de saneamento básico, nem se a ETAR para onde será encaminhado o saneamento possui capacidade para o receber	O solicitado constava entre as páginas 45 e 48 do Relatório Proposta que seguiu para 2RP. Foi efetuado um exercício de análise caso-a-caso.
Relatório. Deve ser apresentada uma declaração da entidade gestora responsável pela infraestrutura com a garantia de que existe forma e capacidade para receber as águas residuais para tratamento em ETAR e que a mesma terá capacidade técnica e funcional para responder às necessidades futuras decorrentes da implementação do plano	Corrigido.

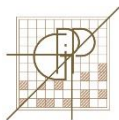


Gestão Integrada de Projetos e Planeamento

O que aferir?	Posição do MMC
Relatório. Não é apresentada a infraestrutura destinada às águas pluviais, nem as soluções previstas para o seu destino	O PDMMC, ao responder prioritariamente ao enquadramento legislativo do ordenamento do território e ao remeter as componentes de urbanização e edificação para o respetivo regime jurídico, assume apenas as infraestruturas consideradas prioritárias para o licenciamento urbanístico. Tal entendimento decorre do disposto no artigo 24.º, n.º 5, do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, onde se estabelece que as infraestruturas determinantes para o deferimento das operações urbanísticas são as de abastecimento de água e de drenagem de águas residuais. Esta situação conduz à ausência de referências explícitas às infraestruturas de gestão de águas pluviais, bem como à definição de soluções técnicas específicas para este sistema.
Programa de execução e plano de financiamento. Embora seja apresentado uma estimativa de custos referentes às áreas programadas, não é apresentado o investimento associado ao alargamento, beneficiamento ou manutenção da malha da rede infraestrutural existente	A estimativa financeira inclui os alargamentos necessários das redes de abastecimento de água e drenagem de águas residuais. Quanto às infraestruturas de águas pluviais, conforme referido no tópico anterior, não foram abordadas por não ser prioritário em termos de licenciamento urbanístico
Planta de Condicionantes. Prevenção de Acidentes Graves. No caso do Município tem um estabelecimento abrangido pelo Decreto-Lei n.º 150/2015, de 5 de agosto, de nível inferior, designado Sonorgás, S.A. (UAG de Macedo de Cavaleiros). Existe uma zona de perigosidade – zona de possibilidade de letalidade: buffer de 38 metros a partir do limite da bacia de retenção (ofício com a ref.ª S021686-201804-DAIA.DPP, de 06/04/2018). No entanto, ainda não existe publicação, sugerindo a entidade salvaguarda de uma distância de 240m representada no respetivo instrumento de gestão territorial a partir do local de descarga	Corrigido.

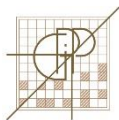
Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I. P. (ICNF)

O que aferir?	Posição do MMC
Regulamento. Artigo 3.º Onde se lê: Perigosidade de incêndio rural e Gestão de fogos rurais Deve ler-se: Áreas Prioritárias de Prevenção e Segurança (APPS) e Redes de Defesa	Corrigido.
Regulamento. Em falta o Regulamento de gestão da Paisagem Protegida da Albufeira do Azibo (Decreto Regulamentar n.º 13/99 de 3 de Agosto)	O solicitado constava no Anexo III do Regulamento que seguiu para a 2RP, estando em anexo também conforme o que está no PDMMC em vigor.
Regulamento. Artigo 4.º Sugerem acrescentar os instrumentos de gestão territorial a observar que constam no parecer	Os instrumentos de gestão territorial são aqueles que são desenvolvidos ao abrigo da Lei n.º 31/2014, de 30 de maio, e do Decreto-lei n.º 80/2015, de 14 de maio.
Regulamento. Artigo 6.º Eliminar Sobreiro e azinheira	Corrigido.
Regulamento. Artigo 6.º Onde se lê: Regime florestal: Perímetro Florestal da Serra de Nogueira; Monte Morais; e da Serra de Bornes Deve ler-se: Regime florestal: Perímetro Florestal da Serra de	Corrigido.

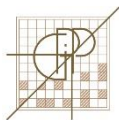


Gestão Integrada de Projetos e Planeamento

O que aferir?	Posição do MMC
Nogueira; Perímetro Florestal de Monte Morais e Perímetro Florestal da Serra de Bornes	
Regulamento. Artigo 6.º Onde se lê: Gestão de fogos rurais etc Deve ler-se: Proteção contra Incêndios Rurais e Gestão do Fogo Rural etc	Corrigido.
Regulamento. Artigo 6.º Eliminar Povoamentos florestais de sobreiro e/ou azinheira percorridos por incêndios nos últimos 25 anos	Corrigido.
Regulamento. Artigo 7.º Acrescentar o referido no parecer	O solicitado não permite ter uma leitura ao regulamento simplificada, atendendo a que se fosse considerado o pretendido pela entidade, teriam de ser nomeadas todas as servidões administrativas e restrições de utilidade pública.
Regulamento. Artigo 20.º Sugerem acrescentar o referido no parecer	Corrigido.
Regulamento. Artigo 21.º Sugerem acrescentar o referido no parecer	Corrigido.
Regulamento. Artigo 22.º Sugerem acrescentar o referido no parecer	Corrigido.
Regulamento. Sugerem introduzir o artigo de compatibilização com o Programa Regional de Ordenamento Florestal de Trás-os-Montes e Alto Douro (PROF-TMAD)	Não se introduz o artigo, porque o mesmo conteúdo estava incluído na categoria de espaços florestais e é meramente de identificação.
Regulamento. Artigo 23.º. Sugerem eliminar as repetições, sugerindo a redação que consta no parecer no número 4. Recomendam ainda no número 7 onde se lê: Nas áreas abrangidas pela RN2000 deve ser cumprido o disposto no ANEXO I-B deste Regulamento Deve ler-se: Nas áreas abrangidas pela RN2000 deve ser cumprido o disposto no artigo 22.º	Corrigido.
Regulamento. Sugerem introduzir um artigo de Medidas de Proteção contra Incêndios Rurais e Gestão do Fogo Rural	Corrigido.
Regulamento. Artigo 28.º Sugerem a redação do parecer	Corrigido.
Regulamento. Artigo 30.º Sugerem a diferenciação dos espaços florestais de proteção em Rede Natura 2000 para espaços florestais de conservação	Corrigido.
Regulamento. Artigo 31.º Admissibilidade de habitação em solo rústico não deveria ser considerada	Não se admite nova construção, mas admite-se a possibilidade de ampliação de edifícios existentes, conformando com o admitido por lei.
Regulamento. Secção VI na sequência do referido para os espaços florestais deve ser revista esta categoria de espaço	Corrigido. Após reflexão considera-se que não há utilidade em desagregar os regimes de edificabilidades por subcategorias, ficando expressa a subcategorização na PO – Classificação e Qualificação do Solo.
Regulamento. Artigo 33.º Reavaliação da possibilidade de admitir edificação nas preexistências	Não se admite nova construção, mas admite-se a possibilidade de ampliação de edifícios existentes, conformando com o admitido por lei.
Regulamento. Artigo 60.º Não é apresentada de forma vetorial e por isso não é possível efetuar a sua validação	A informação solicitada estava na pasta: 2RP\Peças desenhadas\Conteúdo complementar
Regulamento. Artigo 80.º Consideram desajustada a UOPG02 perante a ZEC Morais	A UOPG em questão não tem como opção principal a edificabilidade, mas sim a conciliação de uma política ambiental e turística que seja capaz de valorizar a albufeira enquanto ativo territorial. Esta é umas das premissas do PDMMC no seu modelo de organização

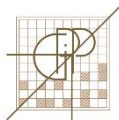


O que aferir?	Posição do MMC
	territorial: aproveitar os recursos endógenos e convertê-las num ativo turístico capaz de articular com as dimensões de salvaguarda ambiental. Perante a 2RP foi avaliada a sua permanência na proposta, tendo sido atualizados os parâmetros urbanísticos, os termos de referência e os mecanismos de execução desta UOPG.
Regulamento. Artigo 80.º Consideram desajustada a UOPG14 tem impactos significativos sobre valores naturais	Idem.
Regulamento. Anexo I sugerem o referido no parecer	Corrigido.
<p>Regulamento. ANEXO I</p> <p>Considerando a complexidade do conjunto de áreas classificadas e o elenco de valores naturais integrados na proposta de anexo, cuja informação se encontra contida também no relatório de conformidade com a RN2000, entende-se que há possibilidade de reduzir ao conteúdo deste anexo sem prejuízo dos dados apresentados.</p> <p>Para o efeito sugere-se que o conteúdo dos anexos I e II seja resumido em apenas I, da seguinte forma:</p> <p>Parte A – conteúdo:</p> <ul style="list-style-type: none">• Uma introdução explicativa sobre a importância do território do ponto de vista da conservação dos valores naturais e a remissão da leitura para o relatório de Conformidade especialmente para as listas de valores, ameaças e orientações completas;• Um resumo das principais ameaças e orientações de gestão.	<p>O ANEXO I do Regulamento foi ajustado identificando-se as áreas de proteção comunitária no âmbito da Rede Natura 2000, com o enquadramento legal aplicável às mesmas e uma breve caracterização, de modo a reforçar a sua importância territorial na conservação dos valores naturais. Adicionalmente, remeteu-se para a consulta do Relatório de Conformidade com a Rede Natura 2000, onde constam as listas dos valores naturais, os objetivos e medidas de conservação aplicáveis.</p> <p>Uma vez que o atual artigo 24.º Articulação com a Rede Natura 2000, já contempla as medidas de conservação aplicáveis aos valores naturais das ZEC e ZPE e dado que estes se encontram novamente contemplados no Relatório de Conformidade da Rede Natura 2000, para o qual se remete a consulta, optou-se por não duplicar a informação no presente anexo.</p>
<p>Regulamento. ANEXO I. Parte B – conteúdo:</p> <p>As medidas de gestão e outras disposições proposta para o Anexo II e que não estejam previstas na proposta de redação apresentada no presente parecer para o artigo 22º.</p>	<p>Não se concorda com a observação, uma vez que as medidas de gestão e outras disposições não inseridas no artigo 22.º (na versão que seguiu para 2RP), já constam no Anexo II, aplicável a todos os valores naturais do território.</p>
<p>Relatório de Conformidade com a Rede Natura 2000.</p> <p>O relatório de Conformidade com a Rede Natura 2000 encontra-se genericamente bem estruturado. No entanto, salienta-se a necessidade de efetuar alguns ajustes e colmatar algumas lacunas. Paralelamente, considerando os comentários efetuados a propósito do Regulamento e da Planta de Ordenamento, deve rever-se a questão da subcategorização dos espaços florestais, preterindo os Espaços Florestais de Proteção a favor dos Espaços Florestais de Conservação nas áreas de RN2000 e distinguir normas regulamentares, mais restritivas, para esta subcategoria. Na verdade, a proposta na sua forma atual apresenta fragilidades que, mesmo não constituindo uma desconformidade, não conferem um nível de robustez suficiente à conservação do solo e do ecossistema.</p> <p>Por outro lado, destaca-se a não consideração das propostas de UOPG, em particular da UOPG02 – Área de Vocação Turística da Albufeira do Azibo e da UOPG14 – Área de Vocação Turística da Albufeira do Baixo Sabor que pela sua natureza poderão constituir dois elementos não conformes com a RN2000.</p>	<p>A proposta do Plano foi alterada em conformidade com a observação efetuada.</p> <p>Relativamente às UOPG mencionadas, as mesmas não têm como opção principal a edificabilidade, mas sim a conciliação de uma política ambiental e turística que seja capaz de valorizar a albufeira enquanto ativo territorial. Esta é uma das premissas do PDMMC no seu modelo de organização territorial: aproveitar os recursos endógenos e convertê-las num ativo turístico capaz de articular com as dimensões de salvaguarda ambiental. Perante a 2RP foi avaliada a permanência na proposta de ambas as UOPG, tendo</p>



Gestão Integrada de Projetos e Planeamento

O que aferir?	Posição do MMC
	sido atualizados os parâmetros urbanísticos, os termos de referência e os mecanismos de execução de ambas as UOPG.
Relativamente a outros aspetos a melhorar assinalam-se as seguintes situações: <ul style="list-style-type: none">• ZPE Montesinho-Nogueira:<ul style="list-style-type: none">○ Nas orientações de gestão não é feita referência às "práticas agrícolas que fomentem a conservação dos lameiros, das pequenas áreas de cereal e de pastagens de sequeiro e que preservem os soutos de castanheiros antigos";	As orientações de gestão foram ajustadas em conformidade com a observação.
<ul style="list-style-type: none">• ZPE Rios Sabor e Maçãs:<ul style="list-style-type: none">○ Escassez de referências a ameaças e orientações de gestão;	As orientações de gestão foram ajustadas em conformidade com a observação.
<ul style="list-style-type: none">• ZEC Montesinho-Nogueira:<ul style="list-style-type: none">○ Não está atualizado com o Plano de Gestão;	A ZEC Montesinho/Nogueira foi atualizada de acordo com o Plano de Gestão.
<ul style="list-style-type: none">• ZEC Morais<ul style="list-style-type: none">○ Não está atualizado com o Plano de Gestão;	A ZEC Morais foi atualizada de acordo com o Plano de Gestão.
<ul style="list-style-type: none">• ZEC Romeu:<ul style="list-style-type: none">○ Atualização do elenco de habitats resulta algo confusa;○ As orientações de gestão apresentam cortes e adaptações pouco significativos, exceto no item relativo às técnicas de fogo, onde não deve ser cortado o texto original, pois altera completamente o seu sentido: "Nos bosques esclerófilos, as técnicas de redução de riscos de incêndio a adoptar devem ser aplicadas após ponderação dos seus custos e benefícios ambientais";	A ZEC Romeu foi atualizada de acordo com o Plano de Gestão, tendo sido revistos e atualizados todos os elementos.
<ul style="list-style-type: none">• ZEC Rios Sabor e Maçãs<ul style="list-style-type: none">○ Atualização do elenco de habitats resulta algo confusa;○ As notas de rodapé referem Montesinho-Nogueira (é necessário rever);	A ZEC Rios Sabor e Maçãs foi atualizada de acordo com o Plano de Gestão, tendo sido revistos e atualizados todos os elementos.
Por fim, alerta-se para a necessidade de o relatório apresentar um capítulo de conclusões.	Foi incluído.
Regulamento. Não existem disposições relativas ao Geoparque Terras de Cavaleiros, nem referência à Reserva da Biosfera Transfronteira da Meseta Ibérica	Corrigido. No entanto, tiveram tratamentos diferentes, atendendo à natureza de cada uma destas figuras. Indirectamente, o Geoparque já estava introduzido na proposta do PDMMC, atendendo à identificação dos geossítios que conferem valor ao território de MMC como tal. Ainda assim, foi introduzida uma referência direta no Regulamento. Quanto à Reserva da Biosfera, a mesma já integrava a proposta do PDMMC para a 2RP, mais concretamente na Estrutura Ecológica Municipal. Todavia, esta figura tendo um carácter mais programático e na ausência de propostas concretas para a sua materialização o PDMMC não a introduz no Regulamento, mas sim no Relatório.
Planta de Ordenamento. Reflexão quanto à delimitação dos espaços naturais e paisagísticos	Corrigido.



Gestão Integrada de Projetos e Planeamento

O que aferir?	Posição do MMC
Planta de Ordenamento. Deve ser apresentado um dossier de análise da sobreposição das áreas edificáveis com a Perigosidade de Incêndio Rural - Classes Alta e Muito Alta, contendo: - Comparação da proposta de plano com o PDM em vigor, face a novas propostas e ampliação de áreas edificáveis em solo rústico e solo urbano. - Identificação de situações de sobreposição de propostas de áreas edificáveis em solo urbano e solo rústico (novas áreas e ampliação das existentes) com a restrição de utilidade pública, classes alta e muito alta da planta de perigosidade de incêndio rural.	Concorda-se parcialmente em demonstrar as situações de conflito que desaparecerão com a urbanização. Não se concorda com a necessidade de comparação com o solo urbano em vigor, atendendo a que os critérios são distintos face ao que anteriormente estava definido.
Planta de Ordenamento. Deve ser retirada a referência do INSTRUMENTOS DE GESTÃO TERRITORIAL EM VIGOR – Planta de Ordenamento da Albufeira do Azibo	Corrigido, mas porque foi revogado o instrumento de gestão territorial pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 52/2026, de 10 de março.
Planta de Condicionantes. Sugerem do desdobramento que referem no parecer	Corrigido.
Planta de Condicionantes. Limite da Paisagem Protegida Regional da Albufeira do Azibo não está correto	Corrigido.
Planta de Condicionantes. Traçado da rede primária de faixas de gestão de combustível não está correto	Corrigido.
Planta de Condicionantes. Onde se lê: Regime Florestal Deve ler-se: Regime florestal: Perímetro Florestal da Serra de Nogueira; Perímetro Florestal de Monte Morais e Perímetro Florestal da Serra de Bornes	Corrigido.
Planta de Condicionantes. Deve ser retirada a referência Sítio da Lista Nacional	Corrigido.
Planta de Condicionantes. “Perigosidade de incêndio rural” deve ser designada de “Áreas Prioritárias de Prevenção e Segurança (APPS)”	Corrigido.
Planta de Condicionantes. “gestão de fogos rurais” deve ser designada de “Redes de Defesa”	Corrigido.
Planta de Condicionantes. Devem ser incorporados os pontos de água	Corrigido.

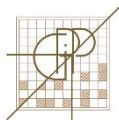
Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural (DGADR)

O que aferir?	Posição do MMC
17.1 Ao contrário do que se verificava na Planta de Condicionantes (PC) da versão preliminar do Plano, na Planta agora apresentada não constam as infraestruturas do AHMC	Corrigido.
17.4 Dado que a DGADR não aceita a totalidade da proposta de exclusão de áreas do AHMC, na PC terá de ser corrigida a RAN em AHMC em solo rústico	Corrigido.
18.4 Admite-se que a cartografia das “Áreas a excluir do AHMC” fique representada na Planta de Ordenamento (PO) – Salvaguardas – r01. Contudo, esta Planta terá de ser atualizada/corrigida	Corrigido.
18.9 esta Direção-Geral conclui pela não aceitação da totalidade da proposta de exclusão de áreas do AHMC, tal como se encontra expresso no relatório de análise que se anexa e que faz parte integrante do p. parecer	Corrigido.
19.1 As áreas do AHMC (...) devem estar classificadas como solo rústico e qualificadas como Espaço agrícola de produção	A sugestão de desagregar o espaço agrícola na atual proposta de Revisão do PDMMC, introduzindo a subcategoria de produção, não é tida em consideração, porque 1) não resulta de uma obrigatoriedade legislativa, atendendo a que o Decreto Regulamentar n.º 15/2015, de 19 de agosto, no artigo 18.º, n.º 3, afirma que isso resulta de uma possibilidade; 2) não é intenção do modelo de organização territorial; 3) a metodologia de qualificação do solo rústico procurou garantir continuidades e grandes manchas, atendendo ao princípio



Gestão Integrada de Projetos e Planejamento

O que aferir?	Posição do MMC
	metodológico de macrozonamento; e, por fim, 4) introduzindo agora com as devidas adaptações o artigo sugerido no parecer fica ainda mais visível a existência da condicionante que já consta na Planta de Condicionantes - Geral.
20.1 A identificação correta da Condicionante em causa, deve ser Obras de Aproveitamento Hidroagrícola – Aproveitamento Hidroagrícola de Macedo de Cavaleiros (área beneficiada e infraestruturas)”, ou simplesmente, “Aproveitamento Hidroagrícola de Macedo de Cavaleiros (área beneficiada e infraestruturas)	Corrigido.
20.2 Como se pode ler a alínea d) deste n.º 10 refere que as infraestruturas estão identificadas na PC – Geral, o que não se verifica e terá de ser corrigido	Corrigido.
20.3 entende-se que o regulamento neste Artigo 28.º deverá desdobrar o Espaço Agrícola nas subcategorias Espaço Agrícola de Produção e Outro espaço agrícola	Mantém-se a mesma posição que se teve no ponto 19.1
20.3 Quanto às normas deste artigo 28.º não se concorda com a redação do n.º 2, uma vez que, o Código das Boas Práticas Agrícola é obrigatório apenas nas zonas vulneráveis	Corrigido.
20.4 o Regulamento deveria integrar, no seu articulado, um artigo próprio para a “Área do Aproveitamento Hidroagrícola”	Corrigido, mediante ajustes que eliminam redundâncias legislativas.
20.5 Artigo 23.º - Disposições Comuns, do Título IV - Solo Rústico deverá ser corrigido, uma vez que, as ocupações e utilizações permitidas no Artigo, nem todas são admitidas nas áreas do AHMC	Corrigido.
20.6 O Artigo 26 e 27.º da Seção III - Áreas de edificação dispersa nas quais estão previstos usos que não são admitidos na área beneficiada do AHMC	O sugerido resulta de uma redundância legislativa.
20.7 Caso não se concorde como disposto para o 20.4, o artigo 42.º, no seu número 9, deverá ser revisto	Corrigido.
20.8 considera esta Direção-Geral que a proposta de norma das ZEC em sobreposição com o AHMC terá de excepcionar as áreas do AHMC	A redação que consta no Anexo I-B é a resultante da transposição na íntegra do disposto no Decreto-Lei n.º 31/2025, de 20 de março, para a ZEC Montesinho/Nogueira, Decreto-Lei n.º 32/2025, de 20 de março, para a ZEC Morais e do que está em vigor para as demais ZEC.
21.1 entende-se que, face a esta sobreposição, deveria o mesmo ser mencionado no enquadramento/justificação descrito para o Espaço Agrícola, face ao seu contributo no desenvolvimento económico e social das regiões em que se insere	Corrigido.
21. 2 entende-se que a área beneficiada do AH deveria integrar uma subcategoria do solo agrícola, designadamente solo agrícola de produção	Mantém-se a mesma posição que se teve no ponto 19.1
21.3 Alterar a redação para o que consta no parecer	Corrigido.
21.4 A Tabela 8 – Áreas a excluir do aproveitamento hidroagrícola terá de ser reformulada de acordo com o parecer da DGADR às propostas de exclusão do município, expressando o respetivo sentido de parecer (favorável e desfavorável).	Corrigido.
21.5 deve ser feita a referência a que estas áreas se encontram representadas na Planta de Ordenamento – Salvaguardas	Corrigido.
21.6 seria interessante que na execução da proposta de Plano e respetiva monitorização fosse integrado um indicador que monitorizasse os processos de exclusão ao AHMC e com respetivo pagamento de montante compensatório	Corrigido.
21.7 propõe-se a integração de indicador que monitorize o Tema Ocupação do Solo – Proporção da área a excluir do AHMC com procedimento concluído	Corrigido.
Relatório Análise Exclusão AHMC	Corrigido.



Património Cultural, I.P. (PC)

O que aferir?	Posição do MMC
41.2 Relatório está pouco desenvolvido.	O relatório faz a síntese dos trabalhos desenvolvidos setorialmente. Maior profundidade vai nos documentos em anexo
4.1.3 Regulamento. Artigo 6.º i) Imóveis classificados ou em vias de classificação; deverá constar i) Imóveis classificados ou em vias de classificação e respetivas zonas de proteção	Corrigido.
4.1.3 Regulamento. Sugerem a introdução de novo artigo	Corrigido.
4.1. 3 Regulamento. Artigo 72.º Sugerem as correções do parecer	Corrigido.
4.1.3 Regulamento. Anexo V. Sugerem a organização que consta do parecer	Corrigido parcialmente, introduzindo por extenso o nível de proteção de cada imóvel classificado no Anexo VI, até porque a característica do património classificado é arquitetónico.
4.1.4.1 Planta de Condicionantes. Sugerem o preenchimento dos polígonos a cheio	Corrigido.
4.1.4.2 Planta de Condicionantes. A identificação dos imóveis deve ter a sigla da sua categoria e graduação	A sigla de proteção constava no Regulamento e no Relatório Proposta para a 2RP. Na PC-Geral só está identificada a referência que garante a remissão para o Regulamento, em particular para o Anexo correspondente
4.1.5.2 Considera-se que o património inventariado deveria ser listado na legenda com a respetiva numeração indicada em planta	Constava no Regulamento para a 2RP, o que dispensa remissão direta na planta
4.1.5.3 A legenda, relativamente, às zonas de proteção dos bens imóveis classificados (ZGP e ZEP), deveria fazer referência à lei que as legitima	Constava no Relatório, o que dispensa remissão direta na planta. Simultaneamente, se procedêssemos à remissão da legislação de todas as servidões administrativas e restrições de utilidade pública, a legenda da Planta de Condicionantes não teria a legibilidade pretendida
3.1.2.1 Regulamento. Artigo 71.º Sugerem nova redação que consta no parecer	Corrigido.
3.1.3.1/2/3 Regulamento. Anexo V. Referem a omissão de sítios arqueológicos registados no sistema de informação do Endovélico e que constam no parecer	Corrigido.
3.3.1 Relatório. Atualizar conforme a alteração ao património arqueológico	Corrigido.
3.4 Atualização da Carta Arqueológica conforme o referido no parecer	Corrigido.

Infraestruturas de Portugal, S. A. (IP)

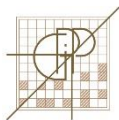
O que aferir?	Posição do MMC
Regulamento. Artigo 77.º. Retirar-se a palavra "ainda", uma vez que parte das vias manter-se-á sob jurisdição da administração rodoviária	Corrigido.
Regulamento. Artigo 75.º. e 76.º. Devem acrescentar a identificação das estradas em falta e que constam do ponto 3 do presente parecer (é referir que parte da A4 também contém o IP2 e não apenas o IP4), sendo que devem ser eliminados os artigos 34º e 35º referentes a espaços de infraestruturas rodoviárias, uma vez que não pode haver regime de edificabilidade na zona da estrada, cuja definição consta da alínea vv) do artigo 3º do EERRN, e na zona envolvente essa edificabilidade é condicionada e restringida, nos termos da citada legislação	Corrigido. No entanto, o solicitado para os artigos 34.º e 35.º é mesmo esse o propósito, sabendo dos condicionalismos existentes.



O que aferir?	Posição do MMC
Planta de Condicionantes. Deve a mesma contemplar a representação cartográfica das zonas de servidão non aedificandi aplicáveis aos troços da rede rodoviária nacional (RRN), das Estradas Regionais e das Estradas Nacionais Desclassificadas sob jurisdição da IP	Na Planta de Condicionantes não constarão as zonas de servidão non aedificandi por ausência de informação fidedigna para a sua delimitação, sendo remetido para a apreciação caso-a-caso das operações urbanísticas pretendidas junto a este tipo de infraestrutura
Regulamento. Artigo 68.º. Sugere-se que neste Artigo do Regulamento do PDM seja incluída, de forma clara e objetiva, a interdição de licenciamentos e de autorização de novos recetores sensíveis no interior de zonas de sobre-exposição de ruído	Corrigido.

Turismo de Portugal, I. P. (TP)

O que aferir?	Posição do MMC
Regulamento. Artigo 12.º, n.º 3. Corrigir/atualizar a menção a "espaço de equipamento" uma vez que esta categoria de solo não consta da atual proposta de Regulamento	Corrigido.
Regulamento. Artigo 12.º, n.º 5, alínea b) Na definição de "Altura máxima da fachada" considera-se de a complementar por forma a aplicar a edificações não confinantes com arruamentos, sugerindo-se a seguinte redação: "Em arruamentos ou terrenos com declive acentuado, a altura máxima da fachada é medida no ponto médio da linha de interseção da fachada do edifício com esse mesmo arruamento ou terreno, não podendo essa altura ser excedida em mais dois metros no ponto mais desfavorável".	O solicitado estava satisfeito, não sendo necessário introduzir os terrenos.
Regulamento. Artigo 14.º, n.º 3. Por coerência com o disposto na alínea b), em que se admite "ampliação", retificar a redação deste n.º 3 para "... são admissíveis alterações e ampliações às mesmas"	É redundante perante o disposto no artigo 60.º do regime jurídico da urbanização e edificação.
Regulamento. Artigo 14.º, n.º 3, alínea b) ii) Como já referido em anterior parecer do TdP, sugere-se que seja estabelecido um regime específico para preexistências afetas ao uso turístico que salguarde a possibilidade de ampliação de construções existentes, desde que esteja em causa a garantia de condições necessárias à viabilidade de utilização instalada e contemplando critérios de adequada inserção urbanística e paisagística, podendo definir-se a altura máxima da fachada, com a salvaguarda da existente, se superior, e uma percentagem máxima para a ampliação relativa à área de construção existente	Não se considera necessário, porque admite-se empreendimentos turísticos em todas as categorias de espaço.
Regulamento. Artigo 19.º. Deverá ser substituída a menção a "Turismo", demasiado abrangente e indefinido, por "Empreendimentos Turísticos e Áreas de Serviço para Autocaravanas", matéria desenvolvida neste artigo	Corrigido.
Regulamento. Artigo 19.º, n.º 1. Aferir a referência ao "artigo 12.º", considerando que deverá ser referenciado o "artigo 13.º"	O solicitado era a remissão para o artigo da edificabilidade e na versão para a 2RP era o artigo 12.º.
Regulamento. Artigo 19.º, n.º 1. Complementar com os requisitos de eficiência ambiental em empreendimentos turísticos, tal como indicado em anterior parecer do TdP e que constam no parecer	Corrigido.
Regulamento. Artigo 19.º, n.º 3, alínea b) Corrigir o texto suprimindo a menção a "Determinações de"	Corrigido.
Regulamento. Artigo 19.º, n.º 3, alínea c) Considerando que no solo rústico poderá não existir rede pública, deverá o Regulamento acautelar que, no caso de não existência de tais infraestruturas, a instalação de Áreas de Serviço para Autocaravanas (ASA) não integradas em PCC fica dependente da execução de sistemas autónomos. Deverá, ainda, ser clarificado o que se entende por "sem prejuízo dessas infraestruturas lhes serem dedicadas"	O solicitado estava esclarecido no início deste número.
Regulamento. Artigo 19.º. Como já referido em anterior parecer deste Instituto, o Regulamento deverá acomodar, no regime específico das categorias do solo rústico em que tal uso seja considerado complementar ou compatível, a instalação de ASA não integradas em PCC	O solicitado já constava no n.º 2 do regulamento que seguiu para a 2RP.



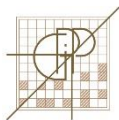
Gestão Integrada de Projetos e Planejamento

O que aferir?	Posição do MMC
Regulamento. Artigo 20.º, n.º 2. Tendo em conta o estabelecido no n.º 3, acrescentar ao n.º 2 os "empreendimentos turísticos", assinalando também os "Espaços de Ocupação Turística", propondo-se a seguinte redação: "... nos aglomerados rurais, nas áreas de edificação dispersa e nos espaços de ocupação turística, ... devem garantir a compatibilidade com o uso habitacional e com empreendimentos turísticos ..."	Corrigido.
Regulamento. Artigo 21.º. Sugere-se, mais uma vez, a fixação de afastamentos mínimos que acautelem os impactos de explorações de recursos geológicos relativamente a usos turísticos preexistentes	O solicitado deve fazer-se corresponder com a legislação específica em vigor.
Regulamento. Artigo 23.º, n.º 5, alínea a) Substituir "Podem incluir empreendimentos turísticos nas tipologias: ..." por "São admitidas as seguintes tipologias de empreendimentos turísticos: ..."	Corrigido.
Regulamento. Artigo 23.º, n.º 5, alínea f) Substituir "A área mínima da parcela é ..." por "A área mínima do NDT é de ..."	Corrigido.
Regulamento. Artigo 23.º. O Regulamento deverá acomodar, no regime específico das categorias do solo rústico em que se justifique como uso compatível ou complementar, a instalação de NDT	O solicitado é uma regulamentação transversal a todas as categorias de espaço em solo rústico. No entanto, foram definidas as categorias de espaço que são prioritárias.
Regulamento. Artigo 23.º. O Regulamento deverá acomodar, no regime específico das categorias do solo rústico em que se justifique como uso compatível ou complementar, a instalação de NDT fundamento para a não previsão da possibilidade de instalação de "estabelecimentos hoteleiros isolados" em algumas das categorias do solo rústico. Tais empreendimentos apenas são referidos na EEM (alínea c) do n.º 3 do artigo 61.º), o que se afigura incongruente com a regulamentação dos empreendimentos turísticos nas várias categorias do solo rústico	Há compatibilidade entre diferentes tipologias dos empreendimentos turísticos.
Regulamento. Artigo 24.º, n.º 2. Complementar especificando as tipologias de empreendimentos turísticos admitidas nesta categoria de solo rústico que, pelas suas características específicas, requer as particularmente vocacionadas para a reabilitação do edificado, como o TER e o TH, bem como os hotéis. Refira-se, ainda, que não deverá ser utilizada a referência a NDT, visto que, pela dimensão que assumem poderão ser suscetíveis de descaracterizar estes aglomerados	Corrigido.
Regulamento. Artigo 24.º, n.º 2. Salvarguardar que os empreendimentos turísticos poderão ocupar a totalidade do edifício e não apenas o "piso térreo dos edifícios habitacionais"	Corrigido.
Regulamento. Artigo 25.º, n.º 4. Clarificar o que se entende por "Instalações de apoio a atividades ambientais". Caso se refira à "Instalação de equipamentos e estruturas de suporte e apoio ao recreio, lazer e atividades de animação turística em solo rústico", sublinha-se que tais atividades integram-se no uso "serviços", lembrando, contudo, que tal uso, identificado no n.º 2 do artigo 24.º, não tem edificabilidade definida, lacuna que importa colmatar	Foi eliminado.
Regulamento. Artigo 25.º, n.º 4. Rever a nota (1) do quadro clarificando o texto e tendo em consideração o definido no Decreto Regulamentar n.º 5/2019, de 27 de setembro, para "índice de ocupação" ("é o quociente entre a área total de implantação e a área de solo a que o índice diz respeito") e "área de implantação do edifício" ("é a área de solo ocupada pelo edifício")	É uma situação excecional, porque se trata de índices de edificabilidade.
Regulamento. Artigo 26.º, n.º 2, alínea c) Distinguir, separando, "equipamentos de utilização coletiva" e "equipamentos e estruturas de suporte e apoio ao recreio, lazer e atividades de animação turística"	Corrigido.
Regulamento. Artigo 27.º, n.º 2. Para os empreendimentos turísticos propõe-se a definição de "Área máxima de impermeabilização" determinada em função da área de implantação (p. ex. 30% da área de implantação, tal como definido para o caso dos "Espaços agrícolas"), de forma a promover a permeabilidade dos solos, concorrendo para os requisitos estabelecidos de eficiência hídrica (ET27), bem como para os objetivos do PDM estabelecidos na alínea a)iv do n.º 3 do artigo 2.º	É opção assumir a área em detrimento da percentagem conforme o nome do parâmetro urbanístico.



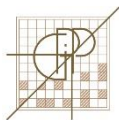
Gestão Integrada de Projetos e Planejamento

O que aferir?	Posição do MMC
Regulamento. Artigo 27.º, n.º 2. Alerta-se para que a menção a "Edificabilidade" não se reporta a qualquer tipo de parâmetro urbanístico (será área de construção?), situação que deverá ser clarificada	Corrigido.
Regulamento. Artigo 28.º/Artigo 30.º/Artigo 32.º/. Complementar especificando os usos admitidos, nomeadamente, quais as tipologias de empreendimentos turísticos admitidas nesta categoria de solo, e ainda, eventualmente, a "instalação de equipamentos e estruturas de suporte e apoio ao recreio, lazer e atividades de animação turística"	Corrigido.
Regulamento. Artigo 29.º, n.º 1/Artigo 31.º, n.º 1. Clarificar o que se entende por "Instalações de apoio a atividades ambientais". Caso se refira à "Instalação de equipamentos e estruturas de suporte e apoio ao recreio, lazer e atividades de animação turística em solo rústico", uniformizar a designação ao longo do Regulamento, sugerindo-se definir parâmetros genéricos nas "Disposições gerais" do solo rústico	Corrigido.
Regulamento. Artigo 29.º, n.º 1/Artigo 31.º, n.º 1. Como acima referido, relativamente ao regime de edificabilidade nas "Áreas de edificação dispersa" a menção a "Edificabilidade" não se reporta a qualquer tipo de parâmetro urbanístico, situação que deverá ser clarificada	Corrigido.
Regulamento. Artigo 29.º, n.º 1/Artigo 31.º, n.º 1. No caso das "Instalações de apoio às atividades agrícolas, pecuárias e florestais", "Estabelecimentos industriais, transformação e venda de produtos agrícolas, silvícolas e pecuários", "Instalações de apoio a atividades ambientais" e "Empreendimentos turísticos", deverá a redação ser retificada para "Área de implantação acrescida de ...". Com efeito, apenas para o caso da "Habitação" faz sentido a referência a "Área máxima", e ajustar o título da coluna	Pretende-se uniformizar o tratamento de todos os usos.
Regulamento. Artigo 29.º, n.º 3//Artigo 31.º, n.º 1/Artigo 33.º. Alerta, mais uma vez, para que a menção a "edificabilidade" não se reporta a qualquer tipo de parâmetro urbanístico, situação que deverá ser clarificada	Corrigido.
Regulamento. Artigo 29.º, n.º 3, alínea c)//Artigo 31.º, n.º 3, alínea c)/Artigo 33.º. Complementar "Apoios à atividade", especificando a que os se aplica	Corrigido.
Regulamento. Artigo 39.º, n.º 1. Corrigir o texto e adequar as tipologias de empreendimentos turísticos à realidade existente no local, sugerindo-se "Os espaços de ocupação turística correspondem a áreas cuja utilização dominante é a atividade turística, admitindo-se a instalação de empreendimentos turísticos nas tipologias, aldeamentos turísticos, TER, TH e parques de campismo e de caravanismo. Esclarece-se que, para além de não constar do Regulamento o conceito de "empreendimentos turísticos isolados", utilizado em alguns PROT, este não se aplica aos "Espaços de ocupação turística", pois, como o próprio nome indica, são empreendimentos isolados, o que não é adequado, aos "Espaços de ocupação turística", nem aos "Aglomerados rurais", nem ao solo urbano	Corrigido.
Regulamento. Artigo 39.º, n.º 2. Corrigir, suprimindo "os usos complementares nos empreendimentos turísticos", uma vez que estes integram os próprios empreendimentos estando previstos na legislação turística (RJET2) e acrescentando, a "instalação de equipamentos e estruturas de suporte e apoio ao recreio, lazer e atividades de animação turística" e, p. ex, estabelecimentos de restauração e bebidas	Corrigido.
Regulamento. Artigo 40.º, n.º 1. Rever o texto no sentido de clarificar a que "polígonos" se reporta, sob pena de não se alcançar o pretendido	Corrigido
Regulamento. Artigo 43.º, n.º 1 e 2, alínea b) e c) Definir "moda" (no artigo 5.º do Regulamento) uma vez que este conceito não consta do Decreto Regulamentar n.º 5/2019, de 27 de setembro, e é utilizada não só neste artigo como também no artigo 46.º ("Espaços centrais"), no artigo 48.º ("Espaços habitacionais") e no artigo 50.º ("Espaços urbanos de baixa densidade")	Corrigido
Regulamento. Artigo 45.º, n.º 2, alínea b) Substituir "Turismo", termo muito abrangente e indefinido, por "empreendimentos turísticos"	Corrigido.



Gestão Integrada de Projetos e Planejamento

O que aferir?	Posição do MMC
Regulamento. Artigo 47.º, n.º 2, alínea b)/Artigo 49.º. Complementar, especificando a possibilidade de instalação de "empreendimentos turísticos"	Corrigido.
Regulamento. Artigos 57.º e 58.º. Considera-se incompleta a transposição das diretivas do POAA quer para a "zona de reserva" como para a "zona de proteção", não sendo especificadas as atividades e instalações admitidas e quais as suas limitações, especificamente para a "zona de proteção"	Tudo o que fazia referência ao Plano de Ordenamento da Albufeira do Azibo foi eliminado, atendendo à sua revogação pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 52/2026, de 10 de março.
Regulamento. Artigo 61.º, n.º 4, alínea c) Complementar com "..., excetuando a impermeabilização devido à instalação de estruturas de suporte e apoio ao recreio, lazer e a atividades de animação turística, que ..."	Corrigido.
Regulamento. Artigo 65.º, n.º 5. Tendo por objetivo a valorização da oferta de alojamento turístico, deverá ser acrescentada uma alínea estabelecendo a proibição de instalação de empreendimentos turísticos nas áreas delimitadas como zonas inundáveis	Corrigido.
Regulamento. Artigo 67.º, n.º 1. Complementar, acrescentando "A 100 metros da localização ..., é interdita a construção de edifícios destinados a habitação e a empreendimentos turísticos, ..."	Corrigido.
Regulamento. Artigo 77.º, n.º 2. Complementar especificando, "Nas restantes vias públicas ...", uma vez que as características e os valores definidos apenas se aplicam a vias públicas e não às vias internas privadas, p. ex. de um empreendimento turístico	Corrigido.
Regulamento. UOPG 02/14. alínea a) iii Definir a tipologia dos empreendimentos turísticos previstos compatibilizando com o definido no POAA / Definir a tipologia dos empreendimentos turísticos adequadas de forma a compatibilizar este uso com o estabelecido na legislação aplicável à zona terrestre de proteção (incluindo a zona reservada) desta albufeira de águas públicas (cfr. artigo 2.º da Portaria n.º 91/2010, de 11 de fevereiro e Decreto-Lei n.º 107/2009, de 15 de maio, na sua redação atual)	Não se define por uma questão de garantir flexibilidade no tipo de investimentos turísticos a serem desenvolvidos no território.
Regulamento. UOPG 02/14. alínea a) iii Esclarecer o que se entende por "equipamentos turísticos"	Corrigido.
Regulamento. UOPG 02/14. Considera-se excessiva a área da UOPG que coincide com a totalidade da zona terrestre de proteção da albufeira, devendo a mesma ser ponderada, restringindo-se à área com maior potencialidade turística	A intenção é ter uma área o mais abrangente possível e na envolvente às albufeiras, de forma a não condicionar a política de atração de investimento e permitir compatibilizá-la com os ativos territoriais existentes no MMC. A potencialidade turística é conferida com a área definida, sendo reforçada pela regulamentação definida para estas áreas. Em complemento, as UOPG em questão não têm como opção principal a edificabilidade, mas sim a conciliação de uma política ambiental e turística que seja capaz de valorizar a albufeira enquanto ativo territorial. Esta é umas das premissas do PDMMC no seu modelo de organização territorial: aproveitar os recursos endógenos e convertê-las num ativo turístico capaz de articular com as dimensões de salvaguarda ambiental.
Regulamento. Omissões. Estacionamento em empreendimentos turísticos	Corrigido.
Regulamento. Omissões. Cedências	Constava na proposta no artigo 91.º do Regulamento que seguiu para a 2RP.
Planta de Ordenamento. Harmonizar/atualizar as Plantas com as alterações que vierem a ser introduzidas no Regulamento, nomeadamente na delimitação das UOPG 02 e 14	Corrigido.
Relatório. Página 15. Complementar o texto com a fundamentação para a integração, no solo rústico, da categoria de "Espaços de Ocupação Turística" (EOT)	Corrigido.



O que aferir?	Posição do MMC
Relatório. Páginas 60 a 62. Sugerem-se os indicadores que constam no parecer	Corrigido.

Autoridade Nacional de Comunicações (ANACOM)

O que aferir?	Posição do MMC
Planta de Condicionantes. As servidões de proteção radioelétrica outrora existentes neste município encontram-se revogadas pelo despacho n.º 8627/ 2024 de 1 de agosto	Corrigido.
Planta de Condicionantes. A servidão de proteção radioelétrica do Feixe Hertziano de Bornes e de Meda que se encontra revogada pelo Despacho Conjunto n.º 774/2005 de 19 de setembro	Corrigido.

Direção-Geral de Energia e Geologia (DGEG)

O que aferir?	Posição do MMC
1.1 Planta de Condicionantes. Onde se lê Gasoduto Deve ler-se Rede de Distribuição de Gás	Em Macedo de Cavaleiros, não existe a servidão administrativa e restrição de utilidade pública referida.
1.2 Regulamento. Anexo I-B sugerem a redação do parecer	Corrigido.
2.1 Regulamento. Artigo 21.º, nº 6 e Anexo III. Eliminar contradição e introduzir o referido no parecer	Corrigido.
2.1 Planta de Condicionantes. Onde está: "Prospecção e Pesquisa de Água Mineral Natural e de Recursos Geotérmicos" devia estar "Prospecção e Pesquisa de Água Mineral Natural"	Corrigido.
2.1 Planta de Condicionantes. Afigura-se que a simbologia utilizada para a prospecção e pesquisa de água mineral natural está trocada com a utilizada para a prospecção e pesquisa de depósitos minerais	Corrigido.
2.1 Planta de Condicionantes. A representação de prospecção e pesquisa de água mineral natural apresenta o mesmo símbolo que a prospecção e pesquisa de depósitos minerais	Corrigido.
2.2 Regulamento. Artigo 6.º Sugerem as alterações do parecer	Corrigido.
2.2/2.3 Regulamento. Artigo 23.º Sugerem a introdução da compatibilização de usos nas diferentes categorias do solo rústico, com as atividades de prospecção, pesquisa e exploração de recursos geológicos	Corrigido.
2.2 Relatório. Introduzir as referências do parecer	Corrigido.
2.2 Planta de Condicionantes. Verifica-se uma troca na legenda: o contrato de prospecção e pesquisa de água mineral natural surge identificado como "Prospecção e pesquisa de depósitos minerais", e os depósitos minerais como "Prospecção e pesquisa de água mineral natural e de recursos geotérmicos"	Corrigido.
2.2 Planta de Condicionantes. Eliminar "Prospecção e pesquisa de depósitos minerais" ("Grijó") e duas áreas identificadas como "Concessão mineira" ("Talha" e "Talhadinhas") cujos direitos atualmente se encontram extintos	Corrigido.
2.2 Existe uma área afeta a uma antiga exploração mineira, em fase de recuperação ambiental, designada "Murçós"	Corrigido.
2.3 Planta de Ordenamento. Introduzir na categoria de espaço de exploração de recursos geológicos a pedreira nº 6682 – Sarinheiras, na freguesia de Bornes e a pedreira nº 5824 – Pedreira da Carva, na freguesia de Salselas	Corrigido.

Macedo de Cavaleiros, março de 2026.